

# Identidade, comunidade e patrimônio: fluxos e narrativas da (re)construção de identidades locais

*Mariela Felisbino da Silveira*<sup>1</sup>  
Universidade Federal de Santa Catarina  
Instituto Universitário de Lisboa

**Resumo:** Considerando a noção de patrimônio cultural como “recurso dinâmico constantemente recriado” (BORTOLOTTI, 2017: 23), e relacionado a processos que envolvem a construção de identidades. Propõe-se, a partir de uma perspectiva comparativa, pôr em debate as estratégias identitárias (AGIER, 2001) identificadas na Ilha de Santa Catarina e na Ilha da Culatra, localidades marcadas com uma certa ideia de identidade e comunidade. E ainda, instigar-nos a pensar a respeito da produção de conhecimento, entre as supostas margens do centro e da periferia, em uma era de produção de conhecimento globalizada.

**Palavras-chave:** patrimônio cultural; identidade; comunidade; produção de conhecimento; globalização.

DA SILVEIRA, Mariela Felisbino. **Identidade, comunidade e patrimônio: fluxos e narrativas da (re)construção de identidades locais.** *Aceno – Revista de Antropologia do Centro-Oeste*, 10 (23): 271-284, maio a agosto de 2023. ISSN: 2358-5587

<sup>1</sup> Doutora em Antropologia Social pelo ISCTE-IUL – Instituto Universitário de Lisboa em regime de cotutela com a UFSC – Universidade Federal de Santa Catarina (dupla titulação). Pesquisadora do NAUI – Dinâmicas Urbanas e Patrimônio Cultural. Investigadora colaboradora do CRIA – Centro em Rede de Investigação em Antropologia.

## Identity, community, and heritage: flows and narratives of the (re)construction of local identities

**Abstract:** Considering the notion of cultural heritage as a "dynamic resource constantly recreated" (BORTOLOTTI, 2017:23) and related to processes involving the construction of identities, it is proposed to discuss the identity strategies (AGIER, 2001) linked to the Island of Santa Catarina and to the Island of Culatra from a comparative perspective. These localities are marked by a certain idea of identity and community. Furthermore, it will be discussed the thinking about the production of knowledge, between the supposed frontiers of the center and the periphery, in an era of globalized knowledge production.

**Keywords:** cultural heritage; identity; community; knowledge production; globalization.

## Identidad, comunidad y patrimonio: flujos y narrativas de la (re)construcción de identidades locales

**Resumen:** Desde la noción de patrimonio cultural como un "recurso dinámico recreado constantemente" (BORTOLOTTI, 2017:23) y relacionado con procesos que involucran la construcción de identidades, se propone, con una perspectiva comparada, discutir las estrategias identitarias (AGIER, 2001) identificadas en Isla de Santa Catarina e Isla de la Culatra, lugares marcados con una cierta idea de identidad y comunidad. Y, también, animarnos a pensar en la producción de conocimiento, entre los supuestos límites del centro y la periferia, en una era de producción de conocimiento globalizada.

**Palabras clave:** patrimonio cultural; identidad; comunidad; producción de conocimiento; globalización.

## Identities locais, fluxos e narrativas globalizadas

Partindo de duas experiências de campo temporalmente distantes, mas com temáticas e fios condutores contínuos, proponho uma perspectiva comparativa entre, a Ilha de Santa Catarina<sup>2</sup> e a Ilha da Culatra<sup>3</sup>, localidades marcadas com uma certa ideia de comunidade.

O primeiro momento é a pesquisa desenvolvida no âmbito do mestrado em Antropologia Social na Universidade Federal de Santa Catarina/ Brasil, entre os anos de 2012 e 2014. Neste trabalho procurou-se, entre outras coisas, mostrar o desencadeamento do processo de construção social da identidade açoriana, na cidade de Florianópolis<sup>4</sup> ou Ilha de Santa Catarina<sup>5</sup>, suas motivações e repercussões nas imagens e paisagens do bairro Ribeirão da Ilha, que atualmente carrega a marca de “comunidade tipicamente açoriana” (SILVEIRA, 2015).

O bairro do Ribeirão da Ilha, foi um dos primeiros povoamentos portugueses da cidade, e guarda consigo um conjunto de patrimônios culturais que são pensados como atrativos, oferecidos pelas instâncias governamentais e privadas ligadas ao turismo, para quem procura conhecer e vivenciar os aspectos singulares do lugar. Neste contexto, temos alguns elementos relativos ao patrimônio cultural ligados a ideia de herança cultural capazes de conduzir os fluxos de construção, valorização e ressignificação da cultura e da identidade açoriana, tais como: a arte da renda e da cerâmica, a pesca artesanal, a gastronomia, as festividades, os eventos e os discursos oficiais e institucionais.

Ou seja, há uma gama de produções, artísticas e literárias, capazes de conectar a Ilha de Santa Catarina à comunidade açoriana imaginada (ANDERSON, 1983) fomentada pela Direção Regional das Comunidades, instituição do Governo Regional do Arquipélago dos Açores em Portugal. De modo que, é por meio da rede transnacional da Casa dos Açores que circulam práticas, objetos e ideias que têm como argumento condutor a ideia de açorianidade em diáspora.

Já o segundo momento nasce da continuidade de minhas atividades acadêmicas e profissionais enquanto doutoranda e pesquisadora em antropologia no âmbito do projeto “Festa da Nossa Senhora dos Navegantes: quando imagens e gentes fazem uma romaria sobre as águas” cujo objetivo foi a candidatura da referida festa como patrimônio cultural nacional português<sup>6</sup>. E que, processualmente, entre os anos de 2018 e 2019, acabaram potencializadas para minha investigação doutoral, concluída em 2022.

<sup>2</sup> Florianópolis está localizada em Santa Catarina, no sul do Brasil.

<sup>3</sup> A Ilha da Culatra está localizada em Faro, Algarve, sul de Portugal. É composta pelos núcleos habitacionais do Farol, dos Hangares e da Culatra. Sendo este último, com população estimada de 1.000 habitantes distribuídos em cerca de 400 habitações.

<sup>4</sup> A cidade de Florianópolis, em razão do fluxo migratório que ocorreu de 1748 a 1756, entre os Açores e o litoral do Estado de Santa Catarina, atualmente é parte da rede transnacional da comunidade açoriana em diáspora que, por meio da Rede de Casa dos Açores, mantém sua comunidade açoriana imaginada (ANDERSON, 2008).

<sup>5</sup> A cidade é formada por duas porções: A continental e a insular. Sendo que a porção insular, denominada Ilha de Santa Catarina corresponde a maior parte do território da cidade, que é a capital do Estado de Santa Catarina.

<sup>6</sup> Toda a documentação apresentada ao processo do INPCI - Inventário Nacional do Patrimônio Cultural Imaterial, concluído em junho de 2021, está disponível para consulta pública em: [www.matrizpci.dgpc.pt/MatrizPCI.Web/Inventario-Nacional/DetalleFicha/613?dirPesq=0](http://www.matrizpci.dgpc.pt/MatrizPCI.Web/Inventario-Nacional/DetalleFicha/613?dirPesq=0) Acesso em: 21/1/2021.

A Festa em Honra da Nossa Senhora dos Navegantes, ou a "Festa da Ilha" celebra a devoção à Senhora dos Navegantes, ao mesmo tempo em que constitui a afirmação de uma identidade muito própria, o reforço dos laços comunitários e o orgulho de ser "filho da Ilha". Foi neste contexto que, ao longo dos meses de contatos, vivências e entrevistas, fui sendo familiarizada com as mais diversas estratégias identitárias para (re)afirmação de uma ligação histórica ao lugar que hoje os culatrenses habitam e cujas primeiras ocupações remontam ao final do século XIX. As narrativas que me eram apresentadas, para além da festa, traziam à tona a ideia de uma "comunidade política imaginada" (ANDERSON, 2008) sempre em construção.

Resguardadas as devidas proporções, para o autor, a diferenciação que as comunidades imprimem não está centrada em processos de reconhecimento de uma suposta autenticidade e, sim, pela maneira como são imaginadas pelos seus membros. Acima de ser "autêntica" ou "falsa", a comunidade imaginada é aquela capaz de manter seus integrantes conectados por um repertório de referências, experiências e símbolos em comum. Por outro lado, Bauman (2003) nos alerta para o perigo da idealização, que tem como base justamente o entendimento e o compartilhamento da existência de um sentimento de reciprocidade entre seus membros. Para ele, "a fronteira entre o 'dentro' e o 'fora' não pode ser mais estabelecida e muito menos mantida" diante do fluxo perene e contínuo do mundo globalizado (2003: 19).

Assim, o processo de pesquisa na Ilha da Culatra acabou me trazendo à tona elementos e conceitos que viabilizaram uma relação de continuidade com a temática que venho desenvolvendo no Brasil desde meados da década de 2000<sup>7</sup>. As narrativas que me eram apresentadas, para além da festa, emergiam o sentido continuamente em construção, da "comunidade culatrense", problemática que, de alguma forma, me remetia à experiência na Ilha de Santa Catarina.

De modo que, se colocarmos as duas experiências temporais em perspectiva, temos, por um lado, uma Ilha periférica (na porção Sul do Sul de Portugal) em uma região hegemônica/central (Europa). E por outro, uma Ilha centralizada<sup>8</sup> (na porção Sul do Brasil) em uma região geopoliticamente periférica em relação à Europa (América do Sul). Ambas têm características socioculturais entendidas como tradicionais para a antropologia clássica, mas, como grupos contemporâneos de sociedades globalizadas coexistem com as formas modernas de vida.

Em ambas as ilhas, uma parcela dos habitantes são pescadores, coletores e produtores de bivalves marinhos que vivem do seu ofício e da prestação de serviços para o turismo, ao mesmo tempo em que são identitariamente marcados e associados a representações, manifestações, modos de vida e vivências do passado. Ou ainda comunidades relativamente periféricas, mas de posicionamento global. Problemática das antropologias mundiais (RIBEIRO, 2006) que, entre

<sup>7</sup> Desde o ano de 2007 venho atuando em equipes de pesquisa no âmbito das políticas promovidas pelo Iphan – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. A primeira participação foi no INRC – Inventário Nacional de Referências Culturais do Sertão de Valongo, Porto Belo, Santa Catarina, executado pelo NAUI. No ano de 2009, participei do Projeto Piloto do INDL – Inventário Nacional da Diversidade Linguística da Língua Guarani Mbya, executado pelo IPOL – Instituto de Investigação e Desenvolvimento em Políticas Linguísticas. Nestas duas ocasiões, ainda era estudante do Curso de Ciências Sociais na UFSC e estas experiências foram decisivas e viabilizaram continuidades na área. Entre os anos de 2012 e 2014, fiz parte da equipe do projeto Receitas da Imigração, cujo objetivo foi a publicação de um livro plurilíngue e com foco nas histórias das populações migrantes da região do Vale do Itajaí, Santa Catarina, com execução do IPOL. No ano de 2015, tive uma passagem pela Superintendência do Iphan em Santa Catarina como consultora da área de patrimônio cultural no âmbito do projeto Difusão da Política do Patrimônio Cultural Imaterial no Brasil desenvolvido pela Unesco – Organizações das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura. Em 2017, participei da equipe de pesquisa para o INDL Inventário do Hunsrückisch e em 2019 do INDL – Inventário da Língua Pomerana, ambas Línguas Brasileiras de Imigração e executadas pelo IPOL.

<sup>8</sup> A Ilha de Santa Catarina compõe a maior parte do território da cidade de Florianópolis, que é a capital do do Estado de Santa Catarina.

outras coisas, destaca uma espécie de terceira crise de representação da antropologia, inaugurada no momento em que, a partir dos anos 2000, a atenção se volta às mudanças nas relações entre antropólogos em diferentes lugares do mundo, hegemônicos e não hegemônicos na produção e reprodução do conhecimento. Sob esta abordagem, é pertinente pensarmos não só nas posições em relação aos lugares escolhidos da pesquisa como no lugar que ocupa – neles – a antropóloga, enquanto jovem investigadora formada em uma antropologia nacional, a brasileira, e atuando entre as supostas margens do centro e da periferia em uma produção de conhecimento globalizada.

Neste sentido, a oportunidade de desempenhar a função de pesquisadora em Portugal permitiu-me apreciar as políticas patrimoniais (ROTMAN, 2006) conhecidas por mim no Brasil sendo implementadas no velho e hegemônico mundo europeu, lugar de suas origens. A antropóloga da periferia acostumada a pensar nos saberes e fazeres das populações subalternas das periferias do continente sul-americano posicionada do outro lado do Atlântico, ocupa, de fato, o lugar da antropologia central, traduzindo agora de forma paradoxal os saberes e fazeres patrimoniais das populações tidas lá como periféricas.

### **O caso da Ilha de Santa Catarina: do “Sul do Sul” ao global**

A preocupação de preconizar a imagem luso-açoriana à origem dos moradores da Ilha de Santa Catarina, atribuindo-lhes uma identidade cultural compartilhada, nos remete ao bicentenário da colonização açoriana em Santa Catarina<sup>9</sup>, que em 1948, reuniu solenidades e eventos em comemoração à data. Segundo Flores (2000), neste momento, houve a “criação de memória” relativa ao fenômeno migratório. E ainda no âmbito das comemorações do bicentenário, acontece o I Congresso Catarinense de História com a incumbência de trazer à tona a história do povoamento açoriano. E para isso, um vasto levantamento a respeito das práticas, crenças e histórias populares foi realizado, peças e artefatos foram coletados. Era preciso mostrar a diversidade da base luso-açoriana em Santa Catarina.

O processo de descoberta e reivindicação da identidade açoriana no litoral do estado de Santa Catarina é retratada por João Leal (2007) como uma ação cultural justaposta a ação política que culmina em um alargamento da noção de cultura açoriana que chega quase a ser um substituto, se quisermos, para designar a cultura popular local. Para este autor há a construção de um discurso a respeito da açorianidade que é, certamente, capaz de produzir diferenciação, continuidade e dinamismo. Leal (2000) mergulha no processo de invenção da açorianidade indo na origem do conceito, em Vitorino Nemésio (1932), que por meio da poesia imprime características singulares à identidade e cultura no Arquipélago Português dos Açores.

<sup>9</sup> Para os autores Farias (1998) e Santos (2004) o processo de imigração dos açorianos para a Ilha de Santa Catarina iniciou-se em 1746 quando, por decisão do Conselho Ultramarino, Portugal decidiu enviar parte da população do arquipélago dos Açores para habitar a região Sul do Brasil. Agindo assim, a coroa portuguesa acreditava resolver dois problemas de uma só vez: diminuir a densidade demográfica das ilhas açorianas, cuja população sofria em consequência da escassez de terras; e prover de infraestrutura a região sul brasileira, importante para seu plano de domínio e expansão territorial. Esse fluxo migratório, que ocorreu de 1748 a 1756, trouxe cerca de 5.000 pessoas ao litoral do Estado de Santa Catarina. Os recém-chegados à costa litorânea catarinense foram distribuídos em pequenas freguesias que tinham suas atividades econômicas voltadas às necessidades da colônia.

Para Hobsbawm "toda tradição inventada, na medida do possível, utiliza a história como legitimadora das ações e como cimento da coesão grupal" (HOBSBAWN, 1984: 21). Desta forma, construir uma tradição é também formalizar, ritualizar e institucionalizar o passado e a continuidade histórica, muitas vezes, em detrimento de outros povos e culturas que habitaram a Ilha em seu percurso histórico de ocupação.

Em Florianópolis, podemos observar um contínuo movimento de (re)construção da identidade por meio de algumas estratégias, a maioria delas fomentadas no âmbito das ações da Prefeitura Municipal. A exemplo da concepção da Fenaostra<sup>10</sup>, festa que foi declarada patrimônio cultural imaterial da cidade de Florianópolis<sup>11</sup>. Outro exemplo é a criação, por meio de projeto de lei<sup>12</sup>, do dia municipal da açorianidade, nome alusivo a obra do escritor açoriano Vitorino Nemésio.

Neste contexto, não é incomum encontrar a temática que remete aos bens patrimoniais, materiais e imateriais, associados a ideia de herança açoriana, seja estampando fachadas de estabelecimentos comerciais, tais como bares e restaurantes (imagem 1), ou ainda, fazendo vezes de cenário na organização espacial de festividades e/ou eventos promovidos pela prefeitura (imagem 2), como foi o caso do Festival da Tainha, no ano de 2013.



Imagem 1 - Imagens e representações do patrimônio cultural local.

<sup>10</sup> A primeira edição do evento aconteceu em 1999, objetivando a divulgação e a ampliação do mercado do molusco produzido em Santa Catarina.

<sup>11</sup> Lei 9590, de 4 de julho de 2014.

<sup>12</sup> Lei 15243, de 19 de abril de 2013.



**Imagem 2** - Representações – Qual é a “cara” do patrimônio?

Desta forma, a preconização da imagem açoriana vai tomando forma e se consolida entre as elites políticas e intelectuais da cidade. Sabemos, no entanto, que outros grupos compõem a formação e ocupação histórica do município, por exemplo, os índios Carijó<sup>13</sup> que habitavam o litoral catarinense assim como os africanos e seus descendentes trazidos na condição de pessoas escravizadas<sup>14</sup>, e mais recentemente, migrantes dos mais diversos lugares que fixaram residência na região.

Pérez destaca o patrimônio cultural como um dos dispositivos acionados para a construção de identidades diante de processos de globalização. Ou nas palavras do autor “uma afirmação do local que se reposiciona num contexto global, através de um discurso sobre o local” (2000: 171). Assim, entre os diferentes usos possíveis para os patrimônios culturais, destacamos a instrumentalização, a exemplo do imaginário identitário estabelecido entre a Ilha de Santa Catarina e o Arquipélago dos Açores.

Por meio desta relação, é possível perceber os fluxos contemporâneos de produção de açorianidade, que se institui através da circulação de saberes, práticas e ideias, tais como, a renda de bilro e a cerâmica figurativa, bem como da produção e consumo de ostras, que por meio da chancela do programa Cidades Criativas da UNESCO em Gastronomia, são sistematicamente associadas à açorianidade em Florianópolis.

<sup>13</sup> Carijó é uma denominação europeia ao grupo indígena da nação Tupi-Guarani estabelecido na região.

<sup>14</sup> A presença africana em Florianópolis é retratada na coletânea “História Diversa: Africanos e Afrodescendentes na Ilha de Santa Catarina”, que traz elementos para pensarmos a presença negra na cidade, especialmente entre os séculos XIX e XX, e sua invisibilidade na memória histórica (MAMIGONIAN e VIDAL, 2013).

Desta forma, a Ilha de Santa Catarina por meio de uma identidade distintiva local é capaz de acionar pertencimento, mesmo que metafórico, ao Arquipélago português que privilegia sua “comunidade açoriana” em diáspora. Por outro lado, o patrimônio cultural pode ser encarado como uma reação frente ao processo homogeneizador de culturas, justamente por agir em prol de identidades locais que buscam destacar, e promover suas singularidades, no mundo globalizado.

### O caso da Ilha da Culatra: do “Sul ao Norte” global

O desembarque na Ilha da Culatra, inevitavelmente, ecoava em um imaginário que se projetava distante de minha realidade. Entretanto, não demorou para que percebesse o quão familiar era aquele contexto para uma ilha, como eu, nascida na Ilha de Santa Catarina. Por um lado, uma ilha periférica (na porção Sul do Sul de Portugal) em uma região hegemônica/central (Europa). Por outro, uma ilha centralizada (na porção Sul do Brasil) em uma região geopoliticamente periférica em relação à Europa (América do Sul). E estas nuances se revelaram importantes para repensar a ideia endurecida de centro e periferia em uma era de produção de conhecimento altamente globalizada.

O processo de povoamento da Ilha da Culatra dá-se de forma gradual, no final do século XIX, com a migração sazonal de pescadores algarvios, bem como de outras regiões da costa portuguesa e, sucessivamente de suas famílias, atraídos por atividades pesqueiras como armações de atum, sardinha e a pesca de cerco (BERNARDO, 2003; CABREIRA, 1918; CAVACO, 1977; RODRIGUES, 1997).



**Imagem 3** - Conjunto de cabanas de canas e barrão. Fonte: Oliveira, Galhano, Pereira (1988).

Este aglomerado começa a transformar-se em um acampamento, de cabanas de canas e barrão (imagem 3), e consoante a diversificação das atividades e artes de pesca, que permitia a subsistência das famílias. (OLIVEIRA, GALHANO e PEREIRA, 1988). Em meados do século XX, o material de construção das cabanas é progressivamente substituído por revestimento de madeira e telhados de zinco, até chegarem ao uso da alvenaria. Este processo de transição, entre a cabana e a casa, decorreu ao longo do referido século, e embora não tenha sido linear, foi



central para a configuração permanente do povoado, que culminou na consolidação de uma ocupação territorial (imagem 4), centrada em núcleos habitacionais familiares, identificados como modelo casa-território-família (SILVEIRA, 2022).



**Imagem 4** - Núcleos habitacionais consolidados

Mas, a partir da década de 1970, alguns acontecimentos, como a incorporação do território a uma área de reserva natural em 1978<sup>15</sup>, e a sucessiva implementação do Parque Natural da Ria Formosa em de 1987<sup>16</sup>, põem em xeque a legitimidade daquela ocupação historicamente marcada. No ano de 1987 surge uma série de boicotes às eleições – legislativas, autárquicas e também europeias –, que tinham como escopo a luta pelo direito ao território, bem como a reivindicação do acesso a condições de permanência como energia elétrica, água canalizada e saneamento básico. Desde então, é comemorado, no dia 19 de julho, o “Dia da Ilha<sup>17</sup>”, data que se converteu em um instrumento privilegiado às reivindicações políticas, sociais, territoriais e identitárias.

Conhecer o processo de ocupação da Ilha da Culatra, é também entender o processo contínuo de (re)construção da sua identidade distintiva de comunidade, fundamental para se perceber os movimentos históricos locais que viabilizaram

<sup>15</sup> Decreto-lei 45/78 de 02 de maio de 1978.

<sup>16</sup> Decreto-lei 373/87 de 09 de dezembro de 1987.

<sup>17</sup> O Dia da Ilha, marca a mobilização comunitária e também a fundação da AMIC - Associação de Moradores da Ilha da Culatra. Atualmente, o dia é comemorado com um evento festivo, que incluiu um jantar de convívio entre os moradores, com inaugurações e homenagens às pessoas e instituições com atuação relevante na ilha. Entretanto, o evento também se converte em um espaço para estratégia e negociação política que se concretiza com a presença, ou ausência, dos representantes dos órgãos governamentais e privados com os quais a AMIC mantém relações institucionais.

a produção de diferença, por meio da identidade comunitária culatrense. E, ainda, apreender o papel da construção, afirmação e reelaboração da identidade comunitária, expressa em seus saberes e fazeres patrimonializados e nos novos processos de redefinição territorial fundadas em representações ecossustentáveis do território, como estratégia de negociação das condições de permanência.

O resultado deste longo processo de negociações<sup>18</sup> foi a concessão, no ano de 2019, de títulos de uso dos recursos hídricos aos moradores, que se traduz no direito à habitação, agora legalmente reconhecido. Os títulos são transmissíveis para os filhos e outros descendentes, entretanto, renováveis a cada 30 anos àqueles que se mantiverem na atividade piscatória, o que na prática opera como uma patrimonialização dos modos de vida, saberes e fazeres associados a este território.

Por outro lado, ainda em 2019, a ilha ingressa num programa de transição energética, cujo slogan: “Culatra 2030: Comunidade Energética Sustentável”<sup>19</sup>, instrumentaliza a identidade coletiva e singularizada, em busca de reconhecimento global e fortalecimento local. O projeto, que se encontra em andamento, está alinhado aos ODS – Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da ONU – Organização das Nações Unidas, e ambiciona a geração de energia limpa, autonomia e sustentabilidade.

Agier (2015) se dedica ao “fazer-cidade”, um movimento contínuo que preenche e dá forma ao “direito à cidade” dos cidadãos. Na tentativa de nos aproximar das especificidades, conflitos e convergências presentes na agenda política dos culatrenses, ousamos parafrasear Agier e pensar a partir do movimento contínuo, múltiplo e atemporal de “fazer-ilha” e do “direito à ilha” reivindicado por um grupo à margem, mas que entrelaça e centraliza a sua refundação permanente as questões sociais, políticas e ambientais globais.

Este duplo movimento, que se retroalimenta, de “fazer-ilha” e do “direito à ilha” é uma constante para os culatrenses desde os tempos das primeiras ocupações motivadas pelas campanhas de pesca sazonais, passando pelas lutas travadas a partir da incorporação do território a áreas de preservação ambiental, nas décadas de 1970 e 1980, e que se adensam consideravelmente com o surgimento do Dia da Ilha. O marco estabelecido em julho de 1987 deu voz a uma série de reivindicações, da comunidade identitária culatrense, que ressoam durante as três décadas seguintes (1987-2017), tornando viável a iminente “virada ecológica”, relativa ao patrimônio cultural associado à ilha, e fundada nas representações ecossustentáveis e as iniciativas de experimentação e exploração do território, facilitadas por novas políticas de economia circular e sustentabilidade, que têm como marco a implementação do projeto Culatra 2030, no ano de 2019.

## Considerações finais

Agier (2001) faz a crítica ao termo identidade cultural, visto por ele como um conceito analítico limitado, que acaba descrito e inventariado pelo antropólogo. Ele afirma que as estratégias identitárias são construídas dentro de contextos políticos e sociais específicos. Desta forma, o autor sugere que a produção de identidade cultural pelos grupos se caracteriza como uma “cultura identitária”. Sua intenção é mostrar que as pessoas não são detentoras passivas e colocá-las como

<sup>18</sup> Aqui consideramos a série de acontecimentos que iniciam com a implementação do PNRF e a sucessiva criação da AMIC, em 1987, até a concessão dos títulos de uso dos recursos hídricos, em 2019.

<sup>19</sup> Mais informações em: [www.culatra2030.pt](http://www.culatra2030.pt)

atores sociais, que lidam com a cultura identitária de forma estratégica e competitiva.

Para Hall é necessário pensar a noção de identidade sem sujeitá-la ao passado, percebendo-a como “pontos de identificação ou sutura, feitos no interior dos discursos da cultura e da história” (HALL, 1996: 70). Neste sentido, a identidade cultural está sempre em processo e tem sua face política, estratégica e relacional. Nestes dois universos aparentemente distintos, Ilha de Santa Catarina e Ilha da Culatra, podemos entender as heranças culturais tomadas a partir das dinâmicas da globalização, ou seja, em permanente reformulação e transformação.

A partir da década de 1980, o acentuamento do processo de globalização, o avanço tecnológico e as mudanças na percepção de tempo e espaço, desencadearam uma série de transformações culturais. Entre estas transformações, já exaustivamente descritas (GIDDENS 1991; MANTECÓN 1993; HANNERZ 1999; BEYER, 2007; RIBEIRO 2008), nos interessa a relação entre o ressurgimento das identidades locais e o nascimento de culturas globais.

Uma vez fortalecidas, as identidades locais passam a integrar a disputa dentro do sistema de culturas globais, momento em que é necessário negociar a permanência de suas especificidades dentro da cíclica, e contraditória, diferenciação e homogeneização que sustenta o sistema capitalista global. Este supracitado processo cíclico de produção de singularidade e diferença pode ser observado em ambos casos, a partir da narrativa histórica de ocupação/povoamento do lugar que somada às várias manifestações e estratégias de (re)construção e visibilização reafirmam as identidades locais.

Revela-se fundamental tomarmos como referência que a produção de diferença não é o produto, e, sim, o ponto de partida para entendermos as conexões com o mundo, com os espaços hierárquicos com os quais há relações de interdependência. A Ilha de Santa Catarina e a Ilha da Culatra, são localidades que se singularizam pela instrumentalização de ideias de identidade e comunidade para, em seguida, reivindicarem a participação em contextos mais amplos.

*Recebido em 6 de novembro de 2022.*

*Aprovado em 30 de agosto de 2023.*

## Referências

- AGIER, Michel. Distúrbios Identitários em Tempos de Globalização. *Mana*, 7 (2): 7-33, 2001.
- AGIER, Michel. Do direito à cidade ao fazer-cidade. O antropólogo, a margem e o centro. *Mana*, 21 (3): 483-498, 2015.
- ANDERSON, Benedict. *Comunidades Imaginadas: reflexões sobre a origem e a difusão do nacionalismo*. São Paulo: Companhia das Letras, 1983.
- BERNARDO, P & DIAS, J. História da ocupação das ilhas barreira da Ria Formosa. *4º simpósio sobre a Margem Ibérica Atlântica*, pp. 189-190. Depósito Universidade do Algarve, 2003.
- BEYER, Peter. Globalization and Glocalization. In: *The Sage Handbook of the Sociology of Religion*. London: Sage Publications. 2007, pp. 98-117
- BORTOLOTTO, Chiara. Patrimônio e o futuro da autenticidade. *Revista do Patrimônio Artístico e Histórico Nacional*, (36): 23-37, 2017.
- CABREIRA, Tomás. *O Algarve Económico*. Lisboa: Imprensa Libanio da Silva, 1918.
- Câmara Municipal de Florianópolis. *Lei nº 15243*, de 19 de abril de 2013.
- CAVACO, Carminda. *O Algarve Oriental, Vol. II*, Lisboa: Faro, 1977.
- Culatra 2030: *Comunidade Energética Sustentável*.
- DIÁRIO DA REPÚBLICA ELETRÓNICO. N.º 100/1978, *Série I de 1978-05-02*. Portugal.
- DIÁRIO DA REPÚBLICA ELETRÓNICO. N.º 282/1987, *Série I de 1987-12-09*. Portugal.
- FARIAS, Vilson F. *Dos Açores ao Brasil Meridional: uma viagem no tempo: povoamento, demografia, cultura. Açores e litoral catarinense*. Florianópolis: UFSC, 1998.
- FLORES, Maria B. Ramos. *Povoadores da fronteira: Os casais açorianos rumo ao sul do Brasil. 1. ed.* Florianópolis: UFSC, 2000.
- GIDDENS, Anthony. *As consequências da modernidade*. São Paulo: UNESP, 1991.
- GUPTA, A.; FERGUNSON, J. Mais além da “cultura”: espaço, identidade e política da diferença. In: Antônio A. Arantes (org.), *O espaço da diferença*. Campinas: Papyrus, 2000. pp.31- 49.
- HALL, Stuart. Identidade Cultural e Diáspora, *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*, (24): 68-75,1996.
- HALL, Stuart. *A identidade cultural na Pós-modernidade*. Rio de Janeiro: DP&A, 2004.
- HANNERZ, Ulf. Os limites de nosso auto-retrato. Antropologia urbana e globalização. *Mana*, 5 (1): 149-155, 1999.

HOBSBAWM, Eric; RANGER, Terence. *A invenção das tradições*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984.

KIRSHENBLATT-GIMBLETT, Barbara. "El patrimonio inmaterial como producción metacultural". In Unesco (Ed.), *Museum International. Patrimonio Inmaterial*. París: UNESCO, 2004. pp. 52-67,

LEAL, João. *Açorianidade: Literatura, política, etnografia. Etnografias Portuguesas (1870-1970) cultura popular e identidade nacional*. Lisboa: Dom Quixote, 2000.

LEAL, João. *Açores, EUA, Brasil: Imigração e etnicidade*. Açores: Nova Gráfica, 2007.

LEIS MUNICIPAIS - Florianópolis. *Lei nº 9590*, de 4 de julho de 2014.

MAMIGONIAN, Beatriz G; VIDAL, Joseane Z. *História diversa: africanos e afrodescendentes na Ilha de Santa Catarina*. Florianópolis: Editora da UFSC, 2013.

MANTECÓN, Ana R. Globalización cultural y antropología. *Alteridades*, (5): 79-91, 1993.

NEMÉSIO, Vitorino. *Açorianidade*. Insula, 1932.

OLIVEIRA, Ernesto Veiga de; GALHANO, Fernando; PEREIRA, Benjamim. *Construções de planta quadrangular. Construções primitivas em Portugal*. Lisboa: Etnográfica Press, 1988.

PÉREZ, X, P. Turismo Cultural, uma visão antropológica. *Revista de turismo y patrimonio cultural. Colección PASOS*, 2: 1-307, 2009.

RIBEIRO, Gustavo L. Antropologias Mundiais. Para um novo cenário global na antropologia. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, 21 (60): 147-185, 2006.

RIBEIRO, Gustavo L. *Do nacional ao global: Uma trajetória*. Série Antropologia, 2008.

RODRIGUES, J. M. Vieira. *A indústria de Conservas de Peixe no Algarve (1865-1945)*, Lisboa: Arandis Editora, 1997.

ROTMAN, Monica B. Patrimonio cultural y prácticas artesanales. *ILHA Revista de Antropologia*, 8 (1): 97-115, 2006.

SANTOS, Sílvio C. *Nova História de Santa Catarina*. Florianópolis: UFSC, 2004.

SILVEIRA, Mariela F. "*De quem é o Ribeirão*": *imagem, paisagem e identidade em contextos de patrimonialização*. Dissertação de mestrado, Antropologia Social, UFSC, 2015.

SILVEIRA, Mariela F. "*Nós somos ilhéus, juntos somos mais fortes*": *fluxos da construção de identidade e comunidade na Ilha da Culatra - Faro, Portugal*. Tese de doutorado, Antropologia Social, UFSC e ISCTE-IUL, 2021.

**ACENO**  
REVISTA DE ANTROPOLOGIA DO CENTRO-OESTE  
ISSN: 2358-5587

*A Aceno - Revista de Antropologia do Centro-Oeste  
recebe o ano inteiro, em*

**FLUXO CONTÍNUO,  
artigos livres,  
resenhas,  
ensaios fotográficos,  
dossiês (propostas).**

*Interessados na submissão de trabalhos e  
também em atuar como*

**pareceristas**

*podem realizar seus cadastros em*

<https://periodicoscientificos.ufmt.br/ojs/index.php/aceno>

Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social - Universidade Federal de Mato Grosso